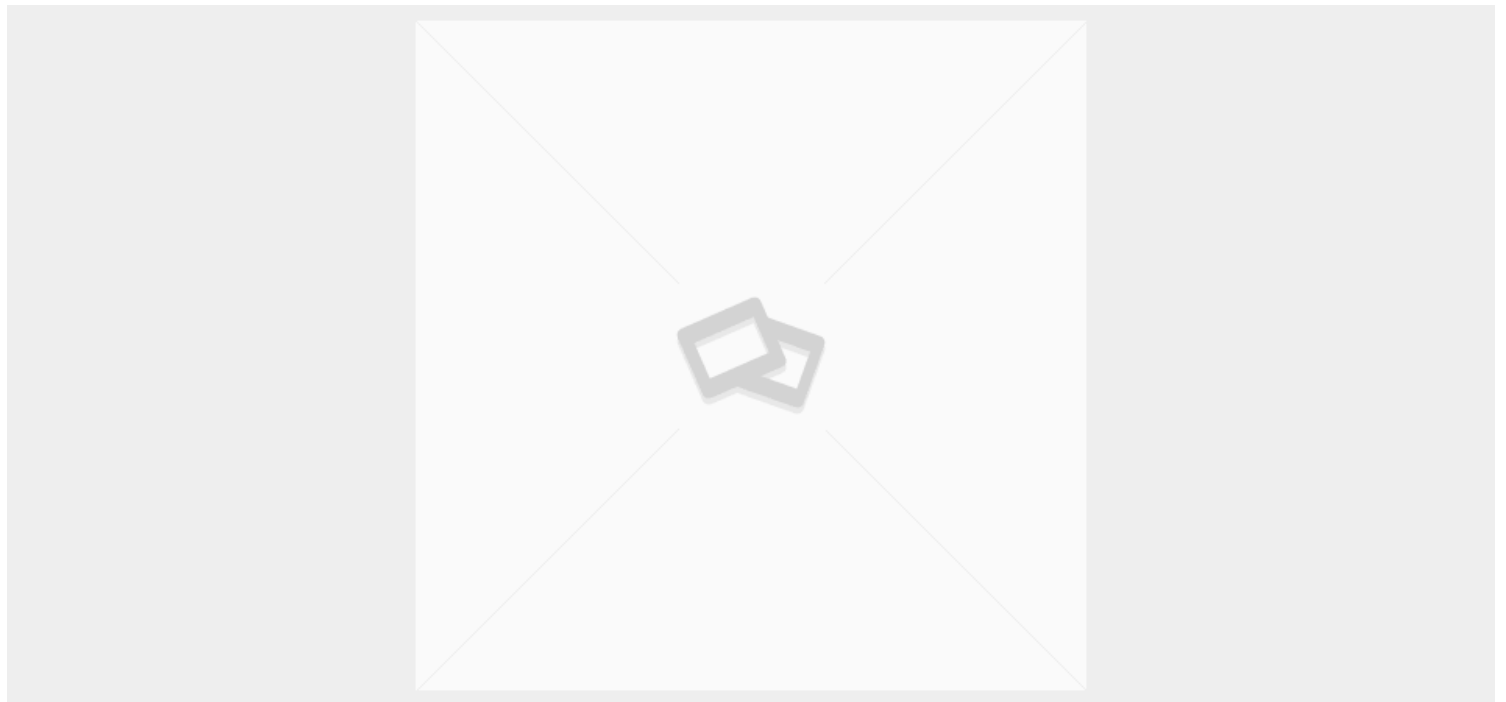


DR ADRIANO BRANDES SUGERE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO URGENTE DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA

Posted on 01/04/2019 by Minuto Barra



Category: [Notícias](#)

MINUTO BARRA

Blog Minuto Barra, o Portal de Notícias do Gildásio Brito



Em pronunciamento na tribuna da Câmara Municipal de Barra do Corda, o vereador Dr Adriano Brandes(SD) defendeu os agentes administrativos que cobram valorização em suas atividades diárias, como também cobrou do poder executivo para que apresente o mais rápido possível o projeto junto ao Poder Legislativo para adequação e aprovação do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município. O vereador sugeriu ainda, que a mesa diretora da Câmara realize uma audiência pública com representantes de todas as categorias para que sejam ouvidas e discutidas suas demandas.

Dr Adriano Brandes falou também, de sua visita ao secretário de estado da saúde, Dr Carlos Lula, onde solicitou uma atenção especial por parte do Socorrão de Presidente Dutra aos pacientes de Barra do Corda. Segundo Brandes, o hospital regional é uma referência para toda a região e por isso, precisa receber melhor àqueles que buscam socorro.

No encontro em São Luís, ao lado do deputado Fernando Pessoa, o secretário foi cobrado quando ao não repasse por parte do governo estadual para a continuidade da construção do hospital de 50 leitos em Barra do Corda, demanda esta que precisa de urgência por parte do governo estadual para que o município possa contar com um hospital de maior estrutura.

Dr Adriano cobrou ainda, que sejam instalados em Barra do Corda aparelhos capazes de realizar tomografias e outros exames de maior complexidade, pois atualmente, pacientes precisam viajar

MINUTO BARRA

quase 100km até a cidade de Tuntum, local mais próximo onde o estado oferece tais serviços de exames.

Finalizando seu pronunciamento na tribuna, Dr Adriano cobrou a efetivação da reforma da praça localizada no início da Rua Isaac Martins em frente a casa da professora Marinete, onde tal requerimento foi feito ainda no ano passado e carece de cumprimento por parte do poder executivo.